

Demonstrações Financeiras

Andorra Holdings S.A.

2025



Sumário

Relatório da Administração ... 3

Demonstrações Financeiras ... 4

Balanço Patrimonial ... 4

Demonstração do Resultado Acumulado ... 5

Demonstração do Resultado Abrangente Acumulado ... 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ... 7

Demonstração dos Fluxos de Caixa Acumulado ... 8

Notas Explicativas da Administração ... 9

Relatório do Auditor Independente ... 20

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Andorra Holdings S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade registrou Lucro Líquido de R\$ 43.827 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 168.861 mil e Ativos Totais de R\$ 171.292 mil. A Assembleia deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do capital social. A política de dividendos da Sociedade assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Diretoria

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro – Em Reais mil

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante		78.281	98.443
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	78.281	98.443
Não Circulante		93.011	160.739
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	7	-	67.496
Tributos a Compensar ou a Recuperar	14	5.998	3.809
Propriedade para Investimento	8	129.439	129.439
Depreciação Acumulada	8	(42.426)	(40.005)
Total do Ativo		171.292	259.182
Passivo			
Circulante		2.431	3.201
Impostos e Contribuições a Recolher	14	2.015	2.721
Dividendos a Pagar	9c e 13a	416	480
Não Circulante		-	120
Provisão para Impostos e Contribuições		-	120
Patrimônio Líquido		168.861	255.861
Capital Social	9a	106.000	106.000
Reservas de Lucros	9b	62.861	149.628
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	233
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		171.292	259.182

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado dos Exercícios em 31 de dezembro – Em Reais mil

	Nota	2025	2024
Receitas Operacionais		41.142	50.465
Receitas de Aluguel	8	41.142	50.465
Despesas Operacionais		(4.025)	(4.293)
Depreciações	8	(2.421)	(2.421)
Despesas Tributárias	11	(1.503)	(1.844)
Despesas Gerais e Administrativas	12	(101)	(28)
Resultado Financeiro		16.912	14.937
Receitas Financeiras	10	16.912	14.937
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro		54.029	61.109
Imposto de Renda e Contribuição Social	14	(10.202)	(10.545)
Lucro Líquido do Exercício		43.827	50.564
Número de ações		259.170.723	259.170.723
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R\$		169,10	195,10

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2025	2024
Lucro Líquido do Exercício	43.827	50.564
Outros Resultados Abrangentes	-	83
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	83
Total do Resultado Abrangente do Exercício	43.827	50.647

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	91.000	18.922	95.622	150	-	205.694
Aumento de Capital Social com Reservas	15.000	(2.000)	(13.000)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	50.564	50.564
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	83	-	83
Destinações:						
Reservas	-	2.528	47.556	-	(50.084)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(480)	(480)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	106.000	19.450	130.178	233	-	255.861
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	43.827	43.827
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	(233)	-	(233)
Destinações:						
Reservas	-	2.191	41.220	-	(43.411)	-
Dividendos Propostos	-	-	(130.178)	-	(416)	(130.594)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	106.000	21.641	41.220	-	-	168.861

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2025	2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	54.029	61.109
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos	2.421	2.223
Depreciação	2.421	2.421
Juros, Variações Monetárias Líquidas	-	(198)
Lucro Líquido Ajustado	56.450	63.332
(Aumento) / Redução em Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	67.263	(7.096)
(Aumento) / Redução em Outros Ativos	(5.183)	(1.045)
Aumento / (Redução) em Outras Obrigações	(249)	6
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(7.785)	(9.243)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	110.496	45.954
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	(130.658)	(442)
Caixa Líquido Proveniente/ (Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(130.658)	(442)
Aumento / (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(20.162)	45.512
Início do Exercício	98.443	52.931
Fim do Exercício	78.281	98.443
Aumento / (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(20.162)	45.512

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

ANDORRA HOLDINGS S.A

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A Andorra Holdings S.A. (“Sociedade”) é uma Sociedade que tem por objetivo a administração, compra e venda e locação de bens próprios e a participação em outras sociedades, como cotista ou acionista. A Andorra Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 08 de abril de 2026.

A Sociedade está domiciliada no núcleo Cidade de Deus S/N, prédio prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, São Paulo.

2. Políticas Contábeis Materiais

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2025. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Sociedade conseguirá cumprir suas obrigações conforme os prazos contratuais.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua, que é o Real (R\$). As demonstrações estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e as aplicações financeiras, que são prontamente conversíveis em caixa ou possuem prazo igual ou inferior 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

2.4. Ativos Financeiros

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); e (iii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA – Patrimônio Líquido).

• **Mensurados ao custo amortizado**

São ativos financeiros mantido dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os

seus fluxos de caixa contratuais, e os seus termos contratuais derem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de juros efetivos. O valor contábil bruto é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

- **Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)**

Os ativos financeiros mensurados a VJR são reconhecidos e inicialmente mensurados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado, incluindo juros ou receita de dividendos.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*). Os instrumentos financeiros derivativos, também, são classificados como VJR.

Teste SPPI: O Objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

- **Metodologia de apuração do valor justo**

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

2.5. Outros Ativos

São representados por recebíveis e são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Não houve reconhecimento de provisão para perda dos ativos financeiros, uma vez que não há qualquer perda esperada com a contraparte conforme CPC 48.

2.6. Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

As propriedades para investimentos são registradas inicialmente pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, pelo método linear à taxa que levam em consideração o tempo e a vida útil econômica estimada dos bens.

A Sociedade revisa periodicamente a estimativa da vida útil e valor residual das propriedades para investimentos.

Custo inclui despesa que é diretamente atribuível a aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício.

Os gastos incorridos com reparos e manutenção que representam melhoria, aumento da capacidade ou da vida útil são capitalizados, enquanto que os demais são registrados no resultado do período. O valor recuperável das propriedades por meio das operações futuras é acompanhado periodicamente.

2.7. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.8. Provisões, ativos e passivos contingentes fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo:

Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

Passivos Contingentes: de acordo com CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade e são reconhecidas considerando a probabilidade de perda.

2.9. Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Sociedade apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Sociedade e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Sociedade.

2.10. Reconhecimento da receita

CPC 47 – Receitas de contratos com Clientes – requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para clientes por um montante que reflita a expectativa da Sociedade de ter em troca os direitos desses bens ou serviços.

A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

2.11. Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros, certificados de depósitos Bancários, Letras Financeiras e demais ativos financeiros. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.12. Imposto de Renda e Contribuição Social (ativo e passivo)

A Sociedade adota o regime de tributação pelo lucro presumido (32% da Receita Bruta, acrescido das receitas financeiras), que é uma forma de apuração simplificada para determinação da base de cálculo do IRPJ e da CSLL das pessoas jurídicas. Os referidos tributos são calculados considerando à alíquota de 15% sobre a base do lucro presumido, acrescido do adicional de 10% para o IRPJ e à alíquota de 9% para a CSLL.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro presumido do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

2.13. Apuração de resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre, e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

2.14. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

2.15. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos no final das notas explicativas.

3. NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025:

- Alterações do CPC 02 - Efeitos das mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras - As alterações, emitidas em setembro de 2024, exigem que sejam fornecidas informações úteis e completas nas demonstrações financeiras de uma companhia quando uma moeda não puder ser convertida por outra. Estabelece que as companhias adotem uma abordagem uniforme ao avaliar a possibilidade de conversão entre diferentes moedas, não sendo possível a conversão, deve-se determinar uma taxa de câmbio a ser utilizada e divulgar essa situação de forma adequada. Estas alterações entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e não foram identificados impactos para Sociedade.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

- CPC 51/ IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras. A norma, emitida em dezembro de 2025 introduz novas exigências para melhorar a divulgação do desempenho financeiro das empresas, tais como: três categorias definidas para receitas e despesas - operacional, investimentos e financiamentos - e novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional; divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas explicativas. Exige maior transparência para as despesas operacionais e apresenta requisitos específicos sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas na categoria operacional. O CPC 51 entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027. A Sociedade está avaliando os impactos da nova norma.

- Emendas do CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros. As emendas, emitidas em maio de 2024, trazem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros com governança ambiental, social e corporativa (ESG) e características similares, além de abordar critérios sobre a liquidação de passivos através de sistemas eletrônicos de pagamento. Essas emendas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 e a Sociedade está avaliando os impactos destas normas.
- Emendas do CPC 48/IFRS 9 e CPC40/IFRS 7 - Contratos Referenciados à Eletricidade Dependente da Natureza. As emendas, emitidas em dezembro de 2024, visam melhorar a forma como as empresas relatam os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade dependentes da natureza, frequentemente estruturados como acordos de compra de energia (PPAs). As emendas incluem esclarecimentos da aplicação dos requisitos de 'uso próprio', permitindo a contabilidade de hedge se esses contratos forem usados como instrumentos de hedge e adicionam novos requisitos de divulgação para ajudar os investidores a entenderem o impacto desses contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa das empresas. Essas emendas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, com a possibilidade de aplicação antecipada. A Sociedade está avaliando os impactos destas normas.

4. Gerenciamento de Riscos

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

5. Uso de Estimativas e Julgamentos

A apresentação das demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC, requer que a Administração da Sociedade formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis.

Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Sociedade estão assim apresentados:

a) Classificação e avaliação dos ativos financeiros - Nota Explicativa 07

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. O tratamento contábil dos títulos que possuímos depende da respectiva classificação.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os “prêmios de controle” resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do

custo atualizado e que se possa refletir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e quão severa uma perda pode ser reconhecida. Esses métodos de avaliação podem levar a Sociedade a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

b) Provisões e passivos contingentes

As provisões são revisadas regularmente, e constituídas, sempre que a perda for avaliada como provável, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais.

O detalhamento dos processos judiciais está apresentado na nota 15c.

6. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro

	2025	2024
Certificados de Depósitos Bancários – CDB Fácil Bradesco ⁽¹⁾	78.281	98.443
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	78.281	98.443

(1) Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento do caixa. Conforme consta na Nota 2.3, os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

7. Ativos Financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade possuía, aplicação em Letras Financeiras Subordinadas, emitidas pelo Banco Bradesco S.A., classificadas como ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado (Nível 3), no montante de R\$ 67.496, sendo resgatadas integralmente em 30 de junho de 2025.

8. Propriedade Para Investimento

Em 31 de dezembro

	Vida útil estimada	Custo	Depreciação acumulada	Custo líquido	Valor justo
Propriedade para investimento					
Edificações	4%	119.604	(41.623)	77.980	1.002.186
Benfeitorias	10%	1.966	(803)	1.164	-
Terrenos	-	7.869	-	7.869	-
Total em 2025		129.439	(42.426)	87.013	1.002.186
Total em 2024		129.439	(40.005)	89.434	1.002.186

(1) O método para depreciação das edificações e benfeitorias é o linear.

As propriedades para investimento são representadas por imóveis locados às empresas da Organização Bradesco e, conforme facultado pelo CPC 28, a Sociedade optou por avaliar tais imóveis ao custo histórico deduzido da depreciação acumulada e por redução ao valor recuperável, se aplicável.

A Sociedade divulga o valor justo das propriedades para investimento, que foi elaborado, adotando-se o “Parecer Técnico”, previsto da “Norma NBR-14653” da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, pela empresa InvestCorp Negócios Imobiliários Ltda. em 2024.

Adicionalmente, é realizada anualmente a avaliação do *impairment* para os imóveis da Sociedade a fim de identificar possíveis indícios de perda pela redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as avaliações realizadas não apontaram perdas no valor justo dos imóveis.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 as despesas de depreciação relacionadas a estes imóveis totalizaram R\$ 2.421 (2024 – R\$ 2.421) e as receitas de aluguel montam R\$ 41.142 (2024 – R\$ 50.465).

9. Patrimônio Líquido

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2025	2024
Ordinárias	259.170.723	259.170.723
Total	259.170.723	259.170.723

Em Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária, realizadas em 15 de abril de 2024, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 15.000, elevando-o de R\$ 91.000, para R\$ 106.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte dos saldos das contas “Reserva de Lucros – Reserva Legal” e “Reserva de Lucros – Reserva Estatutária, de acordo com o disposto no Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76.

Em Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária, realizadas em 31 de março de 2025, deliberou-se pagamento de dividendos ao investidor Kirton Bank S.A. dividendos no valor de R\$ 130.658 com utilização de parte dos saldos das contas “Reserva de Lucros – Reserva Legal” e “Reserva de Lucros – Reserva Estatutária. Valores pagos em 30 de junho de 2025.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2025	2024
Reservas de lucros	62.861	149.628
- Reserva legal ⁽¹⁾	21.641	19.450
- Reserva estatutária ⁽²⁾	41.220	130.178

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do Capital Social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de Capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações financeiras, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

c) Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% (um por cento) do respectivo lucro líquido, ajustado nos termos da lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2025 e 2024 estão demonstrados a seguir:

Em 31 de dezembro

	2025	% ⁽¹⁾	2024	% ⁽¹⁾
Lucro Líquido do Exercício	43.827		50.564	
Reserva legal	2191		2.528	
Base de Cálculo	41.636		48.036	
Total dos Dividendos	416	1,0	480	1,0

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

d) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos diluíveis.

10. Receitas Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2025	2024
Rendimento de aplicações financeiras	16.529	14.739
Juros ativos sobre impostos a compensar	383	198
Total	16.912	14.937

11. Despesas Tributárias

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2025	2024
Contribuição à Cofins	1.234	1.514
Contribuição ao PIS	268	328
Outras	1	2
Total	1.503	1.844

12. Despesas Gerais e Administrativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2025	2024
Serviços de terceiros	100	24
Editais e publicações	1	4
Total	101	28

13. Partes relacionadas

- a) No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Sociedade com partes relacionadas, tais como contas bancárias e aplicações financeiras com controlador indireto (Banco Bradesco S.A.), controlador direto (Kirton Bank S.A.-Banco Múltiplo) e empresas coligadas que o controlador indireto detém participação acionária.

A Sociedade na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

A tabela a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, discriminados por modalidade de contrato, controlador e empresas coligadas do controlador, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Ativo/(Passivo)	Receita/(Despesa)
--	-----------------	-------------------

	2025	2024	2025	2024
Certificados de Depósitos Bancários	78.281	98.443	11.548	7.644
Banco Bradesco S.A.	78.281	98.443	11.548	7.644
Letras Financeiras	-	67.496	4.982	7.095
Banco Bradesco S.A.	-	67.496	4.982	7.095
Dividendos	(416)	(480)	-	-
Kirton Bank S.A.-Banco Múltiplo	(416)	(480)	-	-
Aluguel	-	-	41.142	50.465
Banco Bradesco S.A.	-	-	39.847	48.950
Banco Bradesco Financiamentos S.A.	-	-	901	1.048
Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.	-	-	329	392
Banco Bradescard S.A.	-	-	65	75

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Sociedade.

14. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social calculados com base no lucro presumido, no montante de R\$ 7.495 (2024 – R\$ 7.747), e R\$ 2.707 (2024 – R\$ 2.798) respectivamente, totalizando R\$ 10.202 (2024- R\$ 10.545), que foram provisionados e registrados no resultado do exercício;

Os Tributos a Compensar ou a Recuperar, no montante de R\$ 5.998 (2024 – R\$ 3.809), referem-se a Imposto de Renda de exercícios anteriores; e

Os Impostos e contribuições a Recolher, no montante de R\$ 2.015 (2024 – R\$ 2.721), R\$ 1.386 referem-se a Imposto de Renda (2024 – R\$ 1.809), Contribuição Social R\$ 513 (2024 – R\$ 757), Cofins R\$ 95 (2024 R\$ 127) e Pis R\$ 21 (2024 - R\$ 28).

15. Outras Informações

- a) A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024;
- b) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não há processos com riscos cíveis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis;
- c) Em 2025, houve atualização dos processos fiscais da Sociedade com perspectiva de perda possível. Neste contexto esses processos não necessitam de reconhecimento na contabilidade, que se referem a despachos decisórios emitidos pela Receita Federal glosando o saldo negativo A.C. (Ano Calendário) 2013 e cobrando as compensações correlatas, e montam na data base R\$ 12.435 (2024 - R\$ 11.539), não há processos classificados como perda provável; e
- d) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.
- e) A Sociedade não possui ativo fiscal diferido.

A DIRETORIA

Rodrigo Jose Youssef
Contador – CRC 1SP269660/O-3



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao
Acionistas e Administradores da
Andorra Holdings S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Andorra Holdings S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Andorra Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de abril de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6


Mark Suda Yamashita
Contador CRC 1SP271754/O-9